

O MITO DA REBELDIA DA JUVENTUDE — Uma abordagem sociológica.

Maria Juraci Maia Cavalcante

Entre a mitologia da rebeldia da “juventude” e a sua efetividade há que considerar desde as especificidades da sua construção teórica e/ou ideológica até os seus desdobramentos históricos que, no caso de uma sociedade de classes orientada para a lógica de acumulação e de mercado, podem conduzir à manipulação consumista do mito e, contraditoriamente, à sua própria morte.

Mas o que vem a ser “jovem” propriamente? Afinal, não apenas a demarcação de uma fase para a juventude, assim como a indicação da relevância de uma preocupação sociológica com o tema, são ambos esforços datados historicamente. Em outras palavras, nem sempre se pensou o jovem como adolescente ou atribui-se a ele um peso social como vemos no presente século.

Para Ariès, a classificação etária da vida é historicamente situada e, portanto, relacionada com aspectos mais amplos e intrincados da vida social, sendo que somente do século XIX em diante é que formou-se uma consciência e uma preocupação específica com a juventude, enquanto parcela mais nova da população.

“Tem-se a impressão, portanto, de que a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX e a “adolescência” do século XX.” (ARIÈS — 1981: 48).

A renovação permanente da humanidade ao longo da história encerra problemas antropológicos de difícil reconstrução. Contudo, é importante saber que subjacente ao surgimento de novas gerações está uma complexa simbologia acerca da vida, da morte, da eternização da vida (que sendo biologicamente limitada, é refeita pela sexualidade reprodutiva), que está intimamente relacionada com aspectos gerais e particulares da existência social.

“O problema sociológico é que, apesar de sempre surgirem novas gerações em função dos grupos de idade mais jovem, depende da natureza de uma dada sociedade, esta fazer ou não uso delas, e depende da maneira como ela as utiliza.” (Mannheim — ... 1980: 49).

Para Mannheim, a criação de um espaço social para os grupos de idade mais jovem indica que a eles se atribui um significado diferente. Enquanto nas sociedades modernas as gerações de jovens são elevadas em valor social, em outras sociedades onde o ritmo de mudanças é bastante lento, é junto aos mais velhos que incide o prestígio. Os mais velhos são a fonte da experiência e do saber com quem os mais jovens devem aprender.

“Não é difícil conjecturar quais são as sociedades em que o prestígio cabe aos velhos e em que as forças revitalizantes da juventude não se integram em um movimento, permanecendo apenas como uma reserva latente. Acredito que as sociedades estáticas, que só se desenvolvem gradativamente e em que a taxa de mudança é relativamente baixa, confiarão sobretudo na experiência dos mais velhos. Mostrar-se-ão relutantes em encorajar as novas potencialidades latentes nos jovens. A educação destes será concentrada na transferência da tradição; seus métodos de ensino serão de mera cópia e repetição. As reservas vitais e espirituais da juventude serão deliberadamente negligenciadas, visto não haver uma vontade de romper com as tradições existentes na sociedade.” (Mannheim — 1980: 49).

Apesar de depositar nos jovens a qualidade de agentes revitalizantes da sociedade, o autor aponta para as circuns-

tâncias históricas particulares onde os jovens são “aproveitados” ou não, em termos de expectativas e necessidades sociais. Ressalta também que o modo como os jovens são utilizados estabelece distinções quanto ao seu significado. Dessa forma, acha impossível traçar uma característica essencial da juventude enquanto agente social.

“Quando eu era jovem, a crença corrente era de que a juventude é progressista por natureza. Desde então, isso revelou-se falacioso, pois aprendemos que movimentos reacionários ou conservadores também podem criar movimentos de juventude.”

(Mannheim — 1980: 51).

As reservas de Mannheim em pensar a juventude em termos de essencialidade encontram sustentação nas variações históricas do seu aproveitamento, sobretudo, observada nas experiências históricas da Rússia, Alemanha Nazista, Itália fascista e do Japão, onde a juventude foi organizada pelo Estado para fins militaristas e/ou imperialistas.

Há alguns pressupostos na análise acima referida que merecem ser discutidos. Em primeiro lugar, a juventude enquanto recurso latente da sociedade, dada a sua posição inicialmente marginal, pois encontra-se fora dos esquemas institucionais de organização econômica e política da sociedade. A ela não cabe decidir sobre os rumos sociais visto que a sua iniciação se dá numa situação de aprendiz e de dependente da família. Submete-se, portanto, no momento da socialização aos padrões estabelecidos pelos adultos e, conseqüentemente, pela tradição cultural. E estando à margem dos processos decisórios, está sob o controle da ordem estabelecida. Por outro lado, exatamente por não participar das decisões, pode criar ou ocupar um espaço livre para a adoção de valores diferentes e inovadores, pela sua capacidade imaginativa. O caráter de latência de suas possibilidades revitalizadoras da sociedade é enfocado de forma a permitir a emergência de movimentos sociais, só que construídos de fora para dentro. Ou seja, a juventude em si não consegue fabricar algo de novo, a não ser que receba um apelo por parte dos adultos. Em outras palavras, a juventude é vista como uma categoria social passiva, incapaz de inovar independentemente das solicitações e/ou impedimentos externos e provenientes do mundo adulto.

As possibilidades de análise tornam-se outras se considerarmos a juventude como força nova capaz de pressionar as gerações mais velhas no sentido de obter uma renovação de valores e práticas sociais. A esta pressão poderá se contrapor uma força repressiva ou uma situação nova, dentro da qual as expectativas da juventude se realizam.

“Cada nova geração que se incorpora ao grupo social adulto já organizado, o faz, ou mediante um processo de conformação cujo modelo tradicional é a “iniciação” (na mentalidade coletiva) ou força, de alguma maneira, o grupo adulto a modificar a organização social para recebê-la, o que leva ao chamado conflito de gerações.” (Lima — 1980: 48).

Nesse caso, à juventude é atribuída uma força de renovação de valores, cabendo aos adultos a criação de estratégias que amenizem esse conflito, podendo ser violentadas ou dissimuladas dependendo do regime político em voga, que varia na direção de uma maior ou menor pluralidade política.

A ênfase da questão da mudança nos moldes do conflito de gerações estabelece uma dicotomia política entre jovens e velhos. Para Lima, a validade disso reside no fato de que a repressão que incide sobre os mais jovens é universal, passando todas as classes sociais.

“A pressão das classes dominantes sobre as camadas adultas eliminadas dos benefícios sociais é intermitente (ditadura x democracia), girando, basicamente, em torno da tomada do poder, ao passo que a pressão de conformação da juventude é geral, permanente e universal incluindo as camadas populares adultas que lutam no plano político, pela libertação (os proletários são tão ou mais rígidos na repressão às novas gerações quanto as classes dominantes, como se, em matéria de novas gerações, houvesse um pacto de repressão entre os próprios inimigos).” (Lima — 1980: 51).

O problema da dicotomização velhos-jovens na compreensão do fenômeno geracional em situações concretas está no caráter altamente abstrato da mesma, pois pode ocasionar um empobrecimento da análise ao equalizar indivíduos a partir de critério etário. Ora, o “machismo” tende a ser analisado também

em sua universalidade, embora a mesma não seja suficiente para captar as diversidades de situações vividas pelas mulheres de classes sociais distintas, em diferentes formações sociais.

Nesse sentido, o “conflito de gerações” é um ponto de referência complicado. Contém, por um lado, um elemento fortemente psicológico de interpretação por atribuir à juventude uma rebeldia de origem psicogenética; por outro lado, tem uma componente histórica que nos faz entendê-lo como uma experiência social datada. Além disso, atribui ao embate geracional uma importância motriz de difícil avaliação. Esses elementos relacionados entre si proporcionam a indicação da incoerência da análise, visto que, no conjunto, a argumentação pode não encontrar sustentação, pois, enquanto energia psicogenética, a rebeldia deveria fazer-se presente ao longo da história e mesmo no caso da repressão dos mais velhos, essa força obteria vitórias eventuais dado o caráter renovador desse conflito, necessário para garantir o dinamismo da história. Contudo, estas dificuldades são apontadas por Lima quando apresenta o objetivo central do seu estudo.

“Mas, o que nos interessa aqui é inventariar os fatores da modernidade que vêm, à revelia dos propósitos dominadores dos adultos, eliminando a milenar pressão gerontocrática, permitindo que a juventude mude e, conformada durante toda a história da humanidade, de repente comece a transformar — se em “motor da história”, apesar de serem cada vez mais poderosos os instrumentos de opressão (embora os instrumentos de opressão tenham fugido da sociedade para concentrar-se na mão do Estado, donde o Estado ter-se tornado sinônimo de opressão.” (Lima — 1980: 52).

É, portanto, numa determinada fase da história ocidental, que a juventude é examinada sob o adocante utópico, emergindo a crença no seu potencial revolucionário. O contexto social específico é aquele onde os ventos da modernização capitalista operam com o vigor das transformações rápidas, traçadas por um ritmo incessante que galga permanentemente o novo. Essas transformações operam como fatores de descompressão que contrastam com a repressão sofrida pela juventude em contextos sociais tradicionais e, resumidamente, estão

relacionados com a organização da família, o estilo urbano e médio de vida e de trabalho, a tecnologia e a ciência, a dimensão sexual, a escolarização e o pluralismo político, artístico e ideológico.

O leque de variáveis selecionadas por Lima serve para mostrar que o espaço social dos jovens na modernidade os deixa muito mais livres para a construção de uma identidade diversa de modelos tradicionais e, justamente por isso, esses novos elementos abrem a possibilidade de uma Revolução Permanente.

Está claro que o jovem sobre o qual incidem tantas influências benéficas é aquele habitante do meio urbano-industrial, com poder de consumo e de escolarização. O adolescente das classes populares não teria as mesmas facilidades de vida, considerando que além de a sua entrada no mundo do trabalho e da luta pela sobrevivência ocorrer numa fase malvadamente precoce, não dispõe ele de recursos para consumir o que o mercado oferece em termos bem amplos, ao nível da alimentação, saúde, moradia, escolaridade, cultura, diversões etc. No Brasil, um grande contingente de jovens das classes desprivilegiadas é obrigado a ingressar no mundo da "criminalidade" e recebe um tratamento jurídico, policial e jornalístico semelhante ao dos adultos que se encontram na mesma situação. Para ele não há "mimos" ou cuidados especiais por serem jovens. O jovem a quem é atribuído um significado especial não é parte de uma categoria simplesmente etária em confronto com o mundo instituído pelos mais velhos. Ele pertence a determinados segmentos da classe média e burguesa e consegue atingir alto nível de formação intelectual, a qual prolonga a "adolescência" até o momento do seu ingresso no mercado de trabalho. Esta verificação, certamente, desloca o centro da análise do âmbito psicossocial para uma dimensão macrossociológica, ao nível do conflito de classes sociais, muito embora isso não signifique que as demais devam ser subestimadas.

"A problemática das gerações é referida às aspirações dos setores urbanos "privilegiados" que têm acesso à formação universitária, sugerindo-se, com isso, que o chamado *generation gap* é agravado pelo *educational gap*." (Foracchi — 1972: 12).

Dessa forma, ao critério etário estritamente geracional de análise convém adicionar a qualidade de "estudante" com vín-

culação universitária, a qual revela uma situação de privilegiado. No conjunto, são características de ordem etária, intelectual, política e classista que estabelecem o perfil da juventude enfocada. Do ponto de vista histórico, a valorização da juventude tem na dimensão política o grande leito por onde correm as interpretações às quais deve ser incorporado o contexto social a partir do qual se tornaram visíveis.

As explosões político-contestatórias dos jovens na década de 60, em diferentes partes do mundo, criaram uma expectativa em torno do potencial revolucionário da juventude e foi alimentada por filósofos respeitáveis como Jean Paul Sartre e Herbert Marcuse.

“Na revolta estudantil de 1968, Sartre vislumbrou a possibilidade de a imaginação ascender ao poder.” (*Os Pensadores* — 1978: XV).

Na mesma década, Arthur José Poerner, em livro intitulado *O Poder Jovem*, anunciava o avanço revolucionário dos estudantes na América Latina e no Brasil, em particular.

“O conflito de gerações existe no Brasil, como em quase todo o mundo, e é fácil constatá-lo pelo espaço crescente que lhe dedicam jornais, revistas e livros. Mas, em nosso país deixa de ser simples conflito para se transformar em rebelião social da juventude, quando o “velho”, aos olhos do jovem, deixa de ser simplesmente um “quadrado” para se transformar num reacionário.” (Poerner — 1968: 32).

Assim entendido, o jovem é uma marca peculiar do século XX, do avanço capitalista, da modernização da educação, da racionalidade administrativa e da dominação política; configura-se como fenômeno novo, capaz de inspirar a utopia da “revolução estudantil”. Insere-se no mesmo quadro de emergência das classes médias, deixando entrever, por um lado, que a propaganda socialização burguesa do saber não poderia ser universal mas tarefa especializada de determinados grupos sociais, responsáveis pela operação da racionalidade da sociedade capitalista em expansão e, por outro lado, que o potencial revolucionário do século XX poderia ser deslocado das classes operárias para as classes médias.

“A revolução de nosso tempo é, realmente, estudantil. Para que isto fosse verdade, estabelecemos algumas condições. Estas condições foram satisfeitas. Os operários podem ser considerados revolucionários. Substituíram-nos nesta segunda metade do século XX os estudantes. Estes possuem objetivos revolucionários. Sua ideologia é de crítica radical à sociedade industrial moderna, superando nesse sentido a crítica marxista que nega apenas um aspecto da sociedade industrial: o capitalismo. Embora num misto de anarquismo e marxismo, a ideologia da juventude, na verdade, vai além dos limites dessas posições na medida em que realiza a crítica do próprio racionalismo do qual o marxismo é típico fruto.” (Pereira — 1979: 131).

O jovem adquire importância sociológica à medida em que encabeça movimentos culturais e políticos de contestação às ordens estabelecidas, de uma forma quase instantânea e homogênea no tocante à adoção de uma perspectiva crítica da sociedade industrial, no mundo desenvolvido e/ou na sua periferia, embora sua atitude política tenha inicialmente se tornado visível nos países engasgados com a problemática do subdesenvolvimento.

“Recentemente, porém, o problema estudantil universalizou-se e ganhou profundidade. Deixou de ser um problema típico dos países subdesenvolvidos capitalistas para estender-se para todos os países, independentemente do grau de desenvolvimento ou de regime político. Revoltas estudantis espoucaram em países tão diferentes como os Estados Unidos ou a China, a Polônia ou a Bolívia. As manchetes dos jornais passaram a ser dominadas pela revolução estudantil. Certo dia, em uma mesma manchete, lia-se: “Revolta dos estudantes na Polônia, Alemanha, Bolívia e Itália.” O protesto dos estudantes ganhava intensidade e violência. De uma hora para outra milhares de estudantes, até então considerados pacíficos, levantavam-se em rebelião. E a greve já não era mais a sua arma preferida. Ao invés, passaram a adotar táticas muito efetivas e violentas, que incluíam passeatas, tomadas das universidades, uso de barricadas nas ruas.” (Pereira — 1979: 830).

A literatura que analisamos tem em comum a elaboração de um conceito sociológico de juventude que incorpora a noção de "movimento". Não é o grupo pertencente a uma determinada faixa de idade que empolga mas a categoria enquanto força política, capaz de se organizar e lutar em prol dos oprimidos. Em outras palavras, não é o simples fato de ser jovem que interessa mas o de verificar no mesmo um comportamento político contestatório. Nesse sentido, a análise da juventude preza a qualidade de sua consciência, mesmo que restrita a determinados setores da juventude.

"A noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude." (Foracchi — 1972: 12).

Sem dúvida, o tom da discussão é parte da emoção que se instaurou nas décadas de 60 e 70 no mundo ocidental, a partir das formas de lutas levadas a cabo pelos jovens naquele momento histórico.

Seria conveniente indagar porque a juventude foi sendo pouco a pouco abandonada como tema (ou como categoria de análise) de investigação na virada da década de 80. É talvez ainda muito cedo para fazer-se essa pergunta mas, fecundo talvez, intuir se a rebelião da juventude não passou a assumir feições diferentes em sua forma de luta e de expressão (a exemplo do movimento "Punk", e das manifestações pacifistas na Europa e EUA). Como captar movimentos específicos se a vemos hoje diluída em outras categorias sociais, engajada ou não em organizações partidárias, manifestações de massa, reivindicações mais gerais dos oprimidos? Os jovens tornaram-se adultos e/ou serviram de "lição" para outros grupos?

Como explicar as dificuldades encontradas pelas lideranças estudantis na universidade brasileira da atualidade para obter a adesão da categoria em suas lutas políticas? Estaríamos diante de uma realidade tão plural que ocasiona a fragmentação de grupos, de mentalidades, de móveis políticos e, portanto, inviabiliza tendências ideológicas monolíticas?

Evidentemente, se a demonstração de força da juventude empolgou aos intelectuais progressistas, por outro lado passou também a ser objeto de preocupação por parte dos homens do poder. A juventude desde então, assim como o meio universitário onde a sua aglutinação foi possível, passou a receber cuidados especiais dos Estados capitalistas de modo que

os mecanismos de controle social sobre os mesmos foram reforçados, refinados e dissimulados. A reação inicial, nos moldes da repressão policial e militar, pelo recurso à violência, o Estado tratou de levar os rebeldes estudantes ao isolamento.

“Incapaz de conformar (domar) as novas gerações, a sociedade adulta (como vem ocorrendo, cada vez mais) cria uma área de isolamento para a juventude, como se, impotente para modelá-la à imagem dos valores, regras e símbolos da sociedade vigente, estabelecesse um cordão de isolamento definindo o espaço dentro do qual as novas gerações podem desenvolver-se como bem desejarem, conquanto não interfiram no funcionamento da sociedade adulta.” (Lima — 1980: 49).

A política educacional do governo militar do pós-64 no Brasil apresentava em seus princípios, de inspiração norte-americana, uma intenção deliberada de controle ideológico. O Estado tomou para si esta tarefa e sob o argumento da modernização e da limpeza ideológica das escolas, invadidas por pensamentos subversivos, implementou um programa de reformas.

“A política de repressão estudantil que sucedeu ao golpe militar deve pois ser entendida como parte de um vasto plano de comprometimento das resistências à desnacionalização do ensino e de preparação da opinião pública para a digestão do crime, despistando-a, ao pretender identificar com os “subversivos” a luta pela integração do ensino aos interesses nacionais. Surgem, dessa forma, os acordos federais com os Estados Unidos.” (Poerner — 1968: 248).

Como vemos, o interesse em conter o fervilhamento político nas escolas secundárias e universidades nos anos 60 ganhou *status* internacional na medida em que a revolta dos estudantes aqui era dirigida contra o imperialismo norte-americano e seus aliados locais. É interessante acompanhar como, paralelamente, ao movimento estudantil no Brasil dos anos 60, cresceu a repressão do Estado sobre os jovens. Aos militantes que entraram progressivamente em confronto acirrado

com o regime militar coube o peso da violência. Sobre os demais e aos seus sucessores caiu o manto do silêncio, da ameaça policial, do impedimento da liberdade de pensamento, expressão, organização e ação.

Daí em diante o lema "Estudante é para Estudar" caracterizou a concepção do Estado Militar acerca dos jovens e isto ficou simbolizado até na fabricação de um espaço arquitetônico adequado, os chamados *Campi* Universitários, que além do isolamento espacial dos estudantes, internamente, dificultavam a aglomeração pela distância entre os vários centros administrativos definidos por área de estudo, sem falar na estrutura curricular que através do sistema de créditos por disciplina impediam a formação de vínculos mais estreitos de convivência dos estudantes, fragmentando as turmas.

"O sistema universitário norte-americano, quase todo ele funcionando em forma de internato e com estrutura de um "pequeno estado" soberano, faz do *campus* universitário, precisamente, o "campo de de concentração" em qua a juventude tem ampla liberdade (espécie de *ghetto* pelo avesso." (Lima — 1980: 49).

No Brasil do pós-64, a preocupação dos militares para com os jovens de classe média justificava-se pela força política que os mesmos representaram no momento de confrontação das forças democráticas com o regime militar a qual pode ser ilustrada com as palavras no General Moacir Araújo Lopes:

"Não explicitadas as bases filosóficas, que consultem às aspirações da maioria dos brasileiros e aos interesses nacionais, tornando-se caótico o melhor do campo pedagógico, o que facilita a penetração de filosofias contrárias àqueles interesses e aspirações. Por isso a pedagogia, durante as décadas deste século, apresentou-se com fundamentos filosóficos liberalistas, intelectualistas, pragmatistas, socialistas radicais e marxistas. A moral e o civismo testados nos movimentos estudantis de 1968, nas escolas e nas ruas, revelam os frutos amargos da imprecisão das bases filosófico-pedagógicas da Educação Nacional e de grande número de nações do mundo ocidental." (Lopes — 1973: 60).

É inegável que essa possibilidade revolucionária dos jovens de classe média existiu por volta dos anos 60 quase que instantaneamente em várias partes do mundo. Contudo, o que dizer do caminho seguido pela nova geração muito mais aclimatada ao consumismo e à produção industrial do que à contestação? A geração jovem em 60, hoje ocupando os postos burocráticos e políticos do sistema capitalista e a atual, muito mais acomodada a um capitalismo avassaladoramente modernizado e modernizador de costumes, parece retirar o valor da profecia.

Soube-se até mercantilizar a rebeldia e a liberação sexual aparece não como um simples requisito para o consumo de bens erotizantes mas, em muitos casos, como consequência desse consumo.

O capitalismo fala a linguagem da "antiga juventude" e retira o teor revolucionário da mesma ao enquadrá-la não apenas no seu jogo de mercado mas o fazendo, enquadra os jovens no esquema social geral.

Portanto, hoje as rebeldias parecem inspirar as inovações de *marketing*, o que demonstra que a "juventude" pode estar cada vez mais sob controle: bebendo, comendo, vestindo, pensando nos limites estritos do consumismo.

O apelo ao jovem descontraído, liberado, rebelde, contestador das normas, aparece como o modelo referencial para todas as demais faixas de idade e de classe. O elemento homogeneizador e estimulador por excelência, para dar fim aos conflitos, angústias e tensões.

Todos queremos ser jovens, mesmo que não o sejamos. É um modelo obrigatório do qual ninguém pode fugir, sob pena de parecer cafona, demodê, velho, careta e desertotizado. Todos alçados à categoria de gatos e gatinhas, shorts e blusinhas, tênis e mini-jeans, mochilas e óculos envenenados. Realiza-se, na verdade, o culto à aparência, à beleza, à juventude, à erotização.

O capitalismo aposta na juventude e no erotismo como já apostou, no passado, em "conforto" e venceu. Mas, o conforto, dentro das regras de uma moral conservadora, torna-se com o tempo, enfadonho. Daí a erotização da vida a partir de fantasias de ser e aparecer bem aos outros: sexys, descontraídos, esportivos, festivos e como síntese de tudo isso, "jovens".

Devemos dizer adeus também à juventude? A quem destinaremos de agora em diante os feitos contestatórios, nesse capitalismo que, desenvolvido ou selvagem, vigorosamente

beira o ano 2.000, destruindo uma porção de utopias revolucionárias?

No caso brasileiro, o que dá especificidade ao comportamento político da juventude? Como controlar outras variáveis além do domínio militar, do controle, da censura e do planejamento estatal da educação, meios de comunicação de massa, propaganda consumista e política que, em seu conjunto e de forma generalizadamente ocidental, podem ter formado um modelo de jovem internacionalmente conhecido como apático, alienado, drogado, apolítico, desinformado, maluco, descontraído e moderno?

Nesse sentido, o suposto desinteresse pela política ou as formas variadas de manifestações políticas e do próprio sentido dado à ação não deveria ser muito mais relacionado com o jogo da moderna sociedade capitalista em geral, do que com um dado contexto político?

A juventude enquanto fenômeno sociológico não pode ser explicada em termos de um atributo político e ideológico acabado. O comportamento da mesma, circunscreve-se em contextos particulares e históricos e, portanto, dialéticos. Afinal, são também jovens as forças de resistência à gula imperialista dos norte-americanos na Nicarágua, à discriminação racial dirigida aos negros na África do Sul como o foram aqueles que engrossaram as fileiras do nazi-fascismo na Europa do anos 40.

BIBLIOGRAFIA

- ARIËS, P. — *História Social da Criança e da Família*. Rio: Zahar, 1981.
- FORACCHI, M.A. — *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira, 1980.
- LIMA, L.O. — *A Juventude como Motor da História*. R. J. Paidéia, 1980.
- MANNHEIM, Karl — *Diagnóstico do Nosso Tempo*. R. J. Zahar, 1980.
- Os Pensadores*: J. P. Sartre. S.P.: abril, 1978.
- PEREIRA, L.B. — *As Revoluções Utópicas*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- POERNER, Arthur J. *O Poder Jovem-História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. R. J.: Civ. Bras., 1968.